

## 4

*Desenvolvimentos fracassados*

O cônsul britânico da colônia conhecida como Estado Livre do Congo não tinha mais esperança quanto ao destino dos oprimidos habitantes do local, quando escreveu, em 1908:

Nos perguntamos em vão quais os benefícios que essa gente extraiu da elogiada civilização do Estado Livre. Olhamos em vão para qualquer tentativa de benefício ou recompensa pela enorme riqueza que eles têm ajudado a despejar no Tesouro do Estado. As indústrias nativas estão sendo destruídas, sua liberdade lhes tem sido tomada e eles têm diminuído em número.<sup>1</sup>

Apesar da revolução econômica da Era de Ouro, a maior parte do mundo permaneceu opressivamente pobre. Enquanto as regiões em rápido desenvolvimento subiam a escada do sucesso industrial, grande parte da Ásia, da África, do Oriente Médio e até mesmo áreas da Rússia, da América Latina e do sul e leste da Europa caíam para degraus ainda mais baixos.

De fato, quase todas as partes do mundo cresceram, mas as disparidades nos índices eram grandes. As diferenças – um ponto percentual aqui ou ali – podem parecer pequenas, mas o impacto de um crescimento mais lento tornou-se pior ao longo das décadas. Por exemplo, em 1870, China e Índia eram cerca de 20% mais pobres que o México, utilizando uma base per capita – diferença que se aproximava da que existia entre a Europa ocidental e os Estados Unidos em 2000. Nos 40 anos que se seguiram, os índices de crescimento dos gigantes asiáticos eram, em média, cerca de 1,5% menor que os do México. Em 1913, esse país era três vezes mais rico que as duas nações asiáticas

(quase a mesma diferença que existia entre os Estados Unidos e o México em 2000).<sup>2</sup> Em linhas gerais, a Europa ocidental, as áreas de colonização recente e a América Latina cresceram cerca de quatro vezes mais rápido do que a Ásia e duas vezes mais devagar do que o sul e o leste da Europa.

As classes dominantes eram as principais responsáveis pela incapacidade dessas sociedades em tirar proveito das novas oportunidades econômicas. Muitos dos dominantes não podiam, ou não queriam, criar condições para um crescimento econômico sustentado. Alguns deles eram colonizadores estrangeiros, que se utilizavam de meios mercenários e parasitários para explorar as populações locais. O Congo talvez tenha sido o exemplo mais gritante de uma sociedade que sofrera abusos chocantes por parte dos colonizadores.

*O rei Leopoldo e o Congo*

William Sheppard, um missionário afro-americano, foi à África central a fim de converter a população ao presbiterianismo. Quase por acaso, ele se viu no centro de um escândalo global que expôs um dos mais sangrentos regimes coloniais dos tempos modernos.<sup>3</sup>

Sheppard nasceu na Virgínia, nas últimas semanas da Guerra Civil norte-americana. Veio de uma família de negros livres. Foi ordenado pastor presbiteriano aos 23 anos e logo foi voluntário para trabalhar na África como missionário. Em 1890, Sheppard e Samuel Lapsley, um pastor norte-americano branco, formaram uma missão em Luebo, na remota região de Kasai, no centro da Bacia do Congo.

A presença dos dois jovens norte-americanos nessa região isolada deve-se aos planos e à persistência da monarquia europeia obcecada pelas riquezas da África. No momento em que Sheppard chegara à África, havia 20 anos que o rei Leopoldo atuava para a consolidação de seu império pessoal no continente. Leopoldo sabia que a sua Bélgica natal nunca daria a ele uma colônia – o país não tinha uma Marinha nem navios mercantes, e o próprio Leopoldo era praticamente o único belga proeminente com aspirações imperialistas. Por essa razão, ele se apresentava como um benfeitor que desejava trazer o cristianismo para a população africana. Opunha-se, principalmente, ao tráfico de escravos do continente, o que havia se tornado uma questão interna envolvendo traficantes nativos e árabes desde a década de 1840, quando as potências europeias proibiram o comércio transatlântico de escravos. Leopoldo pregava que a exploração de “seres inocentes reduzidos brutalmente a prisioneiros e condenados em massa ao trabalho forçado ... envergonha a nossa época”.<sup>4</sup>

O rei começou sua carreira na África como patrono de exploradores, financiando a expedição de Henry Stanley, o primeiro a ir da nascente do rio Congo ao Atlântico. Quando conquistou credibilidade, Leopoldo convenceu as potências européias a conceder a ele o comando pessoal de toda a Bacia do Congo, uma área do mesmo tamanho da Europa ocidental, onde se suspeitava haver enormes riquezas naturais. O sucesso dele em obter o controle do Congo não fora resultado de suas habilidades, tampouco da influência geopolítica da Bélgica, já que ambos eram ignorados. Para as potências européias que estavam dividindo toda a África, o novo Estado Livre do Congo era uma nação-tampão útil por separar as colônias francesas, britânicas, alemãs e portuguesas da região. Leopoldo concordou em permitir que todos os estrangeiros tivessem igual acesso às riquezas da área, e, assim, os europeus não precisavam se preocupar com a possibilidade de não poderem entrar no local.

Sheppard, Lapsley e outros missionários protestantes norte-americanos serviram aos interesses de Leopoldo. Eles contiveram a influência dos missionários católicos franceses e portugueses, que eram acusados pelo rei de favorecer suas respectivas terras natais. Como norte-americanos, eles podiam construir uma base de apoio nos Estados Unidos para as ambições belgas. Além disso, os protestantes também poderiam ajudar no desbravamento de áreas do interior congolês para o Estado Livre de Leopoldo, cuja influência era limitada devido à extensão do país. Leopoldo conheceu Lapsley quando os dois missionários foram para a África, e o ingênuo rapaz de 24 anos se comoveu com a aparente simpatia do rei pela missão:

A expressão dele era muito gentil, e sua voz fazia jus a ela ... Me pergunto como Deus mudou os tempos para que um rei católico sucessor de Felipe II conversasse sobre as missões estrangeiras com um rapaz norte-americano e presbiteriano.<sup>5</sup>

Leopoldo estimulou Lapsley a ir com Sheppard para a região de Kasai. O rei disse que as tropas do Estado Livre poderiam protegê-los melhor lá do que em qualquer outro lugar. Na verdade, Leopoldo queria que os jovens norte-americanos fossem para Kasai porque esta era uma área que as autoridades do Estado Livre não conheciam, ou não controlavam bem, e as missões poderiam ajudar a garantir a influência e a autoridade da administração do rei.

Sheppard se envolveu com a África e seus habitantes desde o início. Aprendeu as línguas locais e construiu uma rede de amigos e aliados. Quando Lapsley morreu, menos de dois anos depois de ambos terem se mudado para Kasai, Sheppard administrou sozinho a nova missão presbiteriana por cinco anos. O pastor estudou as sociedades nativas com grande interesse e sucesso, e passou a ter livre acesso à corte do rei da poderosa, e quase desconhecida,

Kuba. Ele impressionava o público europeu e norte-americano com seus relatórios e coleções de artefatos. Em 1893, Sheppard tornou-se o primeiro afro-americano e um dos mais jovens a ser eleito para a Real Sociedade Geográfica Britânica, provavelmente o título de maior prestígio concedido a um explorador. A sociedade também nomeou um lago na região de Kasai em homenagem a Sheppard, quem o havia "descoberto".

Mas outra descoberta, de natureza mais mundana, como registros comerciais, causou um impacto maior no Congo. No fim da década de 1890, Edmund Dene Morel trabalhava para a companhia britânica de navegação que tinha o monopólio do frete comercial do Congo e freqüentemente ia à Antuérpia em viagens de negócios. Morel, um adepto fervoroso do livre comércio e um defensor entusiasmado da empreitada de Leopoldo, notou um fato suspeito. Quase tudo o que a companhia de navegação enviava da Antuérpia para o Congo eram armamentos e munição para as tropas do Estado Livre. A transação não poderia vir de outro lugar, pois a companhia detinha um monopólio. Aos africanos do Congo não era permitido usar dinheiro, então se estes não estavam sendo pagos em bens, eles também não estavam recebendo nada pelo fornecimento de marfim e borracha. Mais tarde, chegando a uma conclusão inevitável, Morel escreveu:

Somente o trabalho forçado, do tipo mais terrível e contínuo, poderia explicar tais lucros obscuros ... trabalho forçado do qual o governo do Congo era o beneficiário imediato; trabalho forçado coordenado pelos súditos mais próximos do próprio rei.<sup>6</sup>

Morel havia descoberto a lógica econômica do reino de Leopoldo. O rei esperava obter enormes lucros no Congo. Mas, primeiro, a região precisava ser conquistada e governada, o que era imensamente caro. Tão caro que Leopoldo precisou de empréstimos pesados para manter seu Estado Livre. Durante uma década, o marfim da região forneceu parte do dinheiro que Leopoldo necessitava, mas em meados da década de 1890 a borracha superou o marfim como o produto mais importante da colônia. A demanda mundial por borracha disparou, uma vez que inovações técnicas tornaram o material mais versátil, e novos produtos, tais como bicicletas e automóveis, deram um novo sentido para a utilização das rodas de borracha.

A borracha selvagem do Congo era um recurso muito conveniente para o rei ávido por dinheiro vivo, uma vez que ela brotava naturalmente e não gerava custos de plantação. O problema era que atingir os campos selvagens tornou-se difícil e doloroso: eles estavam espalhados pela densa floresta tropical e, muitas vezes, a única forma prática de transformar a seiva em borracha era o coletor espalhá-la em seu corpo, esperar secar e tirá-la, com pêlos e tudo. A coleta

era tão difícil que os administradores de Leopoldo não conseguiam voluntários congolezes para realizar a tarefa em trocas de bens. Assim, o Estado Livre optou pela força, impondo "taxas" aos congolezes a serem pagas em borracha.

Os soldados do Estado Livre utilizavam uma série de métodos para obrigar a população a coletar o produto. Às vezes, faziam reféns mulheres e crianças do vilarejo e apenas as libertavam quando os homens entregavam uma determinada quantidade de borracha. Outras vezes, os líderes locais eram subornados para forçar a população a trazer o produto. Quando todos os métodos falhavam, os soldados ateavam fogo nos vilarejos rebeldes e massacravam os habitantes para que as áreas vizinhas ficassem cientes do preço da desobediência.

Ocasionalmente, as notícias das atrocidades cometidas pelo Estado Livre extrapolavam o Congo. Em 1899, a missão presbiteriana mandou William Sheppard investigar relatos do conflito entre Kuba e uma tribo canibal chamada Zappo Zaps, que participava do comércio de escravos. Sheppard voltou à capital de Kuba e, para o seu desespero, encontrou uma região devastada. O sistema brutal de coleta de borracha havia chegado a Kuba, que resistiu e foi punida com trabalho forçado. O Estado Livre do rei Leopoldo contratou os Zappo Zaps e os enviou para que pacificassem Kuba, onde instauraram o terror.

Eventualmente, Sheppard se encontrava com um grupo de Zappo Zaps, cujo líder o reconheceu. Mlumba, o comandante local, se orgulhava de ter destruído vilarejos inteiros. Ele sabia que Sheppard era estrangeiro e supôs que fosse aliado dos belgas. O próprio Sheppard viu pilhas de pedaços de corpos, que haviam sido cortados em bifés para o consumo dos soldados. "Mlumba", escreveu Sheppard, "nos conduziu para uma armação feita de varas, sob a qual ardia um fogo baixo. E lá estavam elas, as mãos direitas. Eu as contei: 81 no total." Mlumba explicou a Sheppard: "Aqui estão as nossas provas. Preciso sempre cortar a mão direita daqueles que matamos para mostrar ao Estado quantos foram mortos." A lógica de Leopoldo também operava ali. O Estado Livre havia entregado armas e munição a seus mercenários, mas descobriu ser mais provável que estes as utilizassem mais em caçadas do que em defesa dos interesses do Estado. Para provar que estavam cumprindo suas tarefas, os soldados precisavam demonstrar que as armas e a munição do Estado estavam sendo usadas para fins militares. As mãos das vítimas conservadas pela fumaça provavam que o dinheiro do Estado não estava sendo desperdiçado.

Em poucas semanas, os relatos de Sheppard sobre as atrocidades testemunhadas na região de Kasai ganharam os jornais do mundo. Ao mesmo tempo, Edmund Morel continuava com suas descobertas sobre a fraude comercial de Leopoldo, e se empenhava, de forma sistemática, em revelar ao mundo a realidade congoleza. Ele fundou um jornal que publicava os detalhes terríveis da brutal administração do rei. Alguns meses após as revelações de Sheppard,

Edgar Canisius, um empresário norte-americano, testemunhou uma expedição punitiva dos soldados do Estado Livre. Canisius disse que em seis semanas as tropas "havia matado mais de 9 mil nativos, homens, mulheres e crianças", pelo objetivo de "acrescentar ... 20 toneladas de borracha à produção mensal".<sup>8</sup> Com a proliferação de relatos como esses, em 1903 a Câmara dos Comuns britânica se opôs oficialmente ao reinado de Leopoldo. O Ministério das Relações Exteriores da Grã-Bretanha levou essa questão adiante, enviando seu cônsul ao Congo para uma viagem investigativa de meses pelo interior do país, o que confirmou as suspeitas dos que criticavam Leopoldo de forma mais severa.

A Associação Britânica de Reforma do Congo, criada por Morel, mobilizou a opinião pública contra o rei Leopoldo e a devastação causada por ele no país. Rapidamente, o movimento ganhou força e conquistou o apoio de antiimperialistas como Mark Twain, cujo *King Leopold's Soliloquy* tornou-se uma obra-prima amarga de sátira política. Mesmo os imperialistas convictos se uniram no clamor contra o rei Leopoldo, uma vez que as atrocidades por ele cometidas desacreditavam os governos coloniais "responsáveis". Com efeito, em janeiro de 1905, um dos líderes imperialistas dos Estados Unidos, o presidente Theodore Roosevelt, recebeu William Sheppard na Casa Branca e endossou seus esforços em nome dos congolezes. O lado mais pragmático das potências européias preocupava-se com o fato de Leopoldo não honrar seu compromisso de manter o Congo aberto ao comércio e aos investimentos de outros países, e de se utilizar de métodos corruptos para reservar as oportunidades de lucro para seus aliados.

O poderoso Partido Socialista da Bélgica e outros reformistas se uniram nas críticas pedindo que o reino africano de Leopoldo fosse devolvido ao governo belga e fosse conduzido de forma mais responsável por um poder colonial mais apropriado. Apenas os radicais consideravam a possibilidade de independência, uma vez que naquele momento apenas dois países em toda a África Subsaariana não eram mais colônias. Leopoldo reagiu nomeando uma comissão de inquérito. Mas a comissão do próprio Leopoldo depôs contra ele: "Cobrar dos nativos impostos a serem pagos com trabalho é tão opressivo que eles têm pouca, se é que alguma, ... liberdade. Os nativos são praticamente prisioneiros em seu próprio território." A comissão condenou as freqüentes "expedições punitivas ... cujo objetivo era aterrorizar os nativos para que pagassem um imposto ... que os comissários consideraram desumano".<sup>9</sup> Em seguida, Leopoldo foi obrigado a devolver o controle da colônia ao governo belga, que eliminou os excessos mais graves.

Os conflitos entre William Sheppard e as autoridades congolezas não haviam terminado. Em 1907, ele escreveu de forma eloqüente sobre quanto o comércio da borracha havia destruído a estrutura social de meio milhão de indivíduos da tribo de Kuba:

Há apenas alguns anos, os viajantes deste país os encontravam morando em casas grandes, de um a quatro quartos cada, amando e vivendo felizes com seus filhos e mulheres. Essa era uma das mais prósperas e inteligentes tribos africanas, apesar de viver em uma das mais remotas áreas do planeta. ... Mas, nos últimos três anos, quantas mudanças! Suas fazendas cultivam pragas e selva, seu rei é praticamente um escravo, a maioria das casas é de um cômodo, muitas foram abandonadas e outras estão construídas apenas parcialmente. As ruas de suas cidades não estão limpas e bem varridas como um dia estiveram. Até mesmo seus filhos choram por pão. Por que isso mudou? Vocês saberão em poucas palavras. Há guardas armados de companhias de comércio da Coroa forçando homens e mulheres a passar a maior parte de seus dias e noites na floresta fazendo borracha, e o valor que recebem é tão insuficiente que não podem viver dele.<sup>10</sup>

Os ultrajantes diretores da companhia local de comércio ligada à Coroa, a Kasai Company, mais uma vez foram à justiça congoleza contra Sheppard. Morel e os presbiterianos organizaram uma rede global de apoio a Sheppard quando ele foi julgado em Kinshasa. O governo dos Estados Unidos questionou o julgamento, e o líder do Partido Socialista belga correu para o Congo para atuar como advogado de Sheppard. O espetáculo apenas enfatizou a natureza vil do governo de Leopoldo e os lucros obtidos pelas empresas favorecidas por ele. Mais tarde, o juiz considerou as acusações contra Sheppard improcedentes. Após quase 20 anos no Congo, ele estava pronto para voltar para casa. Aposentou-se do trabalho missionário e passou os 20 anos restantes de vida como pastor em Louisville, Kentucky. Em 1909, pouco depois da vitória de Sheppard, Leopoldo morreu – mais desonrado do que qualquer rei em exercício poderia estar.

O Estado Livre do Congo fora o epítome do mal colonial moderno. Sir Arthur Conan Doyle, autor das histórias de Sherlock Holmes, chamou a exploração de Leopoldo no Congo de “o maior crime de toda a história, o maior por ter sido perpetrado sob uma odiosa pretensão de filantropia”.<sup>11</sup> Por mais que pareça exagerado, isso expressa a reação popular aos horrores da má gestão colonial, uma reação apresentada de forma literária pelo *jazz poet*\* Vachel Lindsay em seu poema épico *The Congo*:

Listen to the yell of Leopold's ghost  
Burning in Hell for his hand-maimed host

\* Movimento literário surgido na década de 1920 nos Estados Unidos, que propunha uma fusão da poesia com o ritmo do jazz. (N.T.)

Hear how the demons chuckle and yell  
Cutting his hands off, down in Hell.\*

Os 25 anos da má administração de Leopoldo saquearam o país, e a violência causou a morte não natural de milhões de congolezes. Mas tal má gestão gerou danos bem maiores, como a destruição de boa parte da estrutura social da região. Os mestres coloniais dilaceraram ou devastaram as sociedades locais, exacerbaram os conflitos entre os habitantes da área e não deram nenhuma oportunidade para que os congolezes aderissem ou se adaptassem ao que o exterior oferecia de útil. A administração colonial fez com que os habitantes de uma região com recursos naturais extraordinários não conseguissem utilizá-los para o desenvolvimento da economia. Leopoldo nunca visitou o Congo; os interesses dele eram econômicos e políticos, não pessoais. Mas o senhorio ausente e seu Estado Livre fizeram estragos enormes na região. Eles são os principais culpados pelo triste desempenho econômico da colônia centro-africana durante esse período e, em grande parte, são responsáveis pela estagnação econômica do país nas décadas subseqüentes.

#### Colonialismo e subdesenvolvimento

Mark Twain chamou o rei Leopoldo e todos os de sua laia de “as bênçãos da civilização do truste”. Escreveu Twain sobre o truste: “Há mais dinheiro, mais território, maior soberania e outros tipos de ganhos do que existe em qualquer outro jogo.”<sup>12</sup> Assim como Leopoldo, muitos dos membros do truste eram obcecados pela extração de riquezas de suas possessões. Eles extraíam todos os recursos que podiam de enclaves auto-suficientes em minas de cobre e ouro ou em plantações de banana e cana-de-açúcar. Os donos, clientes e algumas vezes até mesmo a mão-de-obra desses enclaves não tinham qualquer interesse de longo prazo na região, e o impacto causado na economia local era mínimo. Com frequência, quando a estrutura requeria trabalhadores, como no caso do Congo, as autoridades coloniais impunham o trabalho forçado aos que ali residiam.

Tais enclaves eram praticamente um roubo organizado. Retiravam-se recursos valiosos sem que qualquer riqueza, tecnologia ou treinamento fosse deixado para trás. Os colonizadores algumas vezes submetiam os habitantes nativos a condições quase escravagistas, dilacerando a forma como viviam e

\* Ouçam os gritos do fantasma Leopoldo / Queimando no inferno pela sua horda mutiladora de mãos / Ouça como os demônios regozijam-se e urram / Cortando suas mãos no inferno. (N.T.)

destruindo a economia local. O rei Leopoldo no Congo e os portugueses em suas colônias foram os exploradores locais de maior proeminência. Tais regimes foram predatórios de uma forma tão gritante que até mesmo na época causavam comoção generalizada, como ocorrera no Congo.

As concessões comerciais eram levemente menos nocivas do que os enclaves extrativistas. Eram uma volta ao mercantilismo europeu dos séculos XVII e XVIII, quando os monopólios da Coroa, como a Companhia Holandesa das Índias Orientais e a Companhia da Baía de Hudson, controlavam colônias inteiras. Nos casos mais modernos, a metrópole designava regiões promissoras a concessionárias comerciais. Nas palavras de um dos gerentes da Companhia Britânica da África do Sul, que administrava a Rodésia do Norte (hoje Zâmbia), "o problema da Rodésia do Norte não é de colonização ... o problema é saber como desenvolver melhor de forma científica um grande Estado para que ele gere a maior quantidade possível de lucros para o seu proprietário".<sup>13</sup> Se sucesso comercial e desenvolvimento econômico caminhassem juntos estaria tudo bem, mas onde eles entram em conflito, a principal responsabilidade das concessionárias seria com seus acionistas.

Quando pequenos grupos de europeus colonizavam áreas com grandes populações nativas, o potencial para abusos era o mesmo dos casos de puro saqueio colonial. Essas colonizações de povoamento foram fundamentalmente diferentes das migrações européias em massa para áreas pouco habitadas, como os pampas argentinos e as pradarias canadenses, onde os imigrantes e seus descendentes eram praticamente toda a população local. As colônias de povoamento, em contrapartida, eram governadas por uma classe estrangeira que dominava e controlava numerosas populações nativas. Algumas autoridades coloniais estimulavam esse tipo de colonização para que fossem desenvolvidas fontes de produção agrícola; alguns enxergavam os colonos como escudos contra a população nativa e outras potências concorrentes, mas desenvolvimento econômico por meio da colonização de povoamento era quase sempre um fracasso.

Esse tipo de colonização em geral envolvia a concessão de terras a europeus para que fossem cultivados produtos rentáveis que normalmente não eram produzidos pelos nativos. Com frequência, as colônias de povoamento revelavam a sabedoria dos habitantes locais em não cultivarem esses produtos, uma vez que as fazendas fracassavam de forma miserável. De fato, os colonos destruíam as atividades econômicas tradicionais para forçar os "nativos" a trabalhar para eles nas novas fazendas. Muitos colonos apenas foram bem-sucedidos na agricultura comercial devido a subsídios concedidos pelas autoridades: créditos e isenção de impostos, infra-estrutura barata, acesso privilegiado a mercados, expropriações locais. Para conseguir que 6 mil europeus se esta-

belessem no Quênia por volta de 1913, os britânicos precisaram vender a eles terras próximas a novas ferrovias a preços irrisórios, expulsar milhares de habitantes das tribos Masai e Kikuyu de suas terras, rever a captação e a cobrança de impostos de moradia, a fim de estimular os africanos a trabalhar para os colonos, e – como era alegado – coagir os trabalhadores por meio de líderes locais aliados. Mas, mesmo assim, a agricultura da colonização de povoamento no Quênia continuava a ser um grande fracasso.<sup>14</sup>

Houve alguns casos bem-sucedidos em que os colonos conseguiram desenvolver fazendas produtivas. Na Argélia, centenas de milhares de europeus estabelecidos ao longo da costa do Mediterrâneo após o domínio francês haviam se consolidado em meados do século XVIII. A topografia e o clima da região eram semelhantes aos do sul da França, e o solo era adequado para o plantio de produtos já conhecidos dos franceses. Logo, os colonos estavam exportando grãos e vinho, e a competitividade deles era fortalecida por políticas favoráveis da metrópole e pela mão-de-obra local barata. Na outra extremidade do continente, algumas áreas do sul da África, como a Rodésia e a Província do Cabo, também eram bem-sucedidas economicamente. Nessas regiões, as colônias de povoamento tornaram-se lucrativas, em grande parte devido a produtos agrícolas rentáveis.

No entanto, até mesmo as colônias de povoamento mais prósperas eram governadas pelas políticas coloniais que beneficiavam os assentados – colonos argelinos, rodesianos brancos – e excluía os habitantes locais. Os colonos, cercados por sociedades nativas populosas, dependiam do tratamento desigual e segregado. Se fossem concedidos direitos iguais ao resto da população, a posição privilegiada dos colonos sofreria com a concorrência dos árabes ou africanos dispostos a trabalhar mais por menos. O que muitos colonos desejavam não era o desenvolvimento geral da agricultura nativa, mas uma força de trabalho cativa e barata. Os esforços em prol da melhora nas condições dos "nativos" se dissipava diante da necessidade de mão-de-obra barata dos colonos. Portanto, a maioria dos colonizadores era contra a incorporação de outros sujeitos coloniais nos sistemas político, social e econômico.

A recusa dos assentados em inserir as populações locais na sociedade às vezes gerava conflitos com as próprias potências coloniais.<sup>15</sup> No princípio, os governos europeus escolhiam uma certa quantidade de homens franceses ou britânicos para supervisionar suas possessões. No entanto, a população local não podia ser eternamente subjugada à força, e os impérios coloniais, ocasionalmente, queriam estimular o envolvimento dos habitantes nativos na sociedade – a fim de atraí-los para a Nova Ordem. Os assentados eram contra essa incorporação porque isso implicava a redução de seus privilégios especiais. Caso fossem outorgados aos árabes argelinos ou aos negros rodesianos e que-

nianos o pleno acesso à terra, aos serviços públicos e ao voto, logo haveria fortes pressões para eliminar os favores concedidos aos europeus.

A oposição dos assentados à inclusão dos habitantes locais no sistema colonial muitas vezes boicotava as bases para uma integração econômica internacional ampla e para o desenvolvimento econômico em geral. Os colonos impediam que os habitantes locais, e seus aliados mais próximos, prosperassem; com a maioria dos habitantes locais excluída, havia poucas chances para um crescimento econômico amplo. Se a Rodésia ou a Argélia fossem mais incluídas, do ponto de vista econômico, social e político, essas regiões poderiam ter expandido as oportunidades financeiras de suas metrópoles, razão que, juntamente com a busca por mais governabilidade, motivava a França e a Grã-Bretanha a considerar a inclusão. Ao boicotarem a democratização, os colonos também boicotavam o desenvolvimento social e econômico da região e, assim, obtinham – como aconteceu – a fatia maior de um bolo menor.

Mesmo onde a ordem estrangeira não era tão perniciosa quanto as colonizações de povoamento ou de extração, ela também poderia estancar o crescimento local. Algumas potências imperialistas restringiram o comércio a formas que se assemelhavam ao mercantilismo europeu, contra o qual lutaram os movimentos de independência do Novo Mundo e os liberais europeus. Os mercantilistas forçavam as colônias a vender para os mercados das metrópoles e delas comprar, exagerando nos preços das vendas e pagando abaixo do valor nas compras. Além de utilizar os preços contra as colônias, algumas vezes os mercantilistas desestimulavam ou proibiam o desenvolvimento das manufaturas locais. Algumas potências imperialistas modernas utilizavam políticas ao estilo mercantilista a fim de impor seu comércio e seus investimentos por meio das vias coloniais. Essas práticas negavam às colônias o pleno acesso a bens, capitais e tecnologias da vibrante economia mundial. Algumas das grandes potências também forçavam países em desenvolvimento independentes a assinarem acordos desiguais que concediam tratamento preferencial às nações industriais.

O neomercantilismo global e os tratados neocoloniais significavam alguns impedimentos ao desenvolvimento, mas não de forma substancial. Os Impérios britânico e alemão praticavam o livre comércio, assim como toda a África central. Onde impostas, as tarifas comerciais eram baixas, e o desvio que o comércio informal representava não era muito custoso para as colônias. Os tratados comerciais desiguais também tinham efeito limitado: países que desejavam impor tarifas altas, como o Brasil, a Rússia e os Estados Unidos, nunca chegavam a um acordo, e aqueles que concordavam tinham pouco interesse nelas. Com efeito, quando Estados como o Sião e o Japão eram liberados dos tratados comerciais desiguais, as políticas comerciais desses países pouco mudavam.

Dessa forma, por mais que as potências imperiais de fato manipulassem o comércio com as nações mais pobres, tal manipulação não era tão devastadora a ponto de retardar o crescimento econômico como um todo.

Na verdade, a maioria das potências imperiais insistia na participação de suas colônias na economia internacional. A motivação não era causada por benevolência colonial, mas pelo fato de que levar os recursos das colônias aos mercados em geral exigia um envolvimento local ativo. Em muitas sociedades, os bens destinados à exportação eram produzidos pelos agricultores locais. Isso se aplicava a grande parte da África ocidental, Ceilão e Sudeste Asiático, e os governos coloniais dessas regiões, assim como os de outros locais, lutavam para inserir seus produtos nos mercados mundiais. Construíam ferrovias, estradas e portos; estabeleciam a ordem jurídica e monetária; e estimulavam os comerciantes a buscar produtores e consumidores no interior desses países.

As classes dominantes coloniais sempre fizeram pouco – se é que algo – para que as colônias tivessem acesso aos mercados internacionais. Algumas vezes, isso podia ser explicado pelo fato de o proprietário imperialista ter adquirido territórios para fins não-econômicos, como abrigar tropas de soldados ou abastecer navios. Algumas vezes, a explicação era o atraso abissal da metrópole, como no caso das colônias portuguesas e espanholas. Algumas vezes, isso se dava porque a potência colonial contava com governantes locais que temiam os efeitos da economia internacional sobre o controle social que exerciam. Nesse sentido, a provisão inadequada de oportunidades econômicas aos sujeitos coloniais – em especial aos que não fossem brancos – era a principal falha da maioria das potências.

Sir Arthur Lewis analisou o impacto final até mesmo das colonizações mais benevolentes com a eloquência e o comedimento que lhe são peculiares. Escrevendo por experiência própria – ele fora a primeira “pessoa de cor” e o primeiro cidadão de uma colônia a receber o Prêmio Nobel de Economia (ele nasceu em Santa Lúcia, nas Índias Orientais) –, Lewis comentou na década de 1970:

O atraso dos países menos desenvolvidos de 1870 só poderia ter sido revertido por pessoas preparadas para modificar certos costumes, leis e instituições e para tirar o balanço de poder político e econômico das mãos dos proprietários de terra e das classes aristocráticas. Mas a maioria das potências imperialistas aliou-se aos blocos poderosos que já existiam. Eram particularmente hostis aos jovens instruídos, os quais, por meios de segregação racial, geralmente mantinham-se afastados dos cargos onde pudessem ganhar experiência administrativa, seja no serviço público ou em empresas privadas. Tais indivíduos, diriam eles, não podiam ser empregados em cargos superiores, tanto pela falta de experiência administrativa quanto

pela ausência do tipo de formação cultural necessária para que essa competência pudesse florescer. Como um dos resultados disso, talentos brilhantes foram mandados para as longas e penosas lutas anticoloniais, enquanto poderiam ter sido utilizados com criatividade em setores do desenvolvimento.<sup>16</sup>

Esses eram sinais mais de omissão do que de delegação. Envolveram mais uma atenção inadequada aos pré-requisitos do desenvolvimento econômico do que uma oposição ativa a eles. Mas tais sinais eram reais e suficientemente importantes para gerar fracassos de desenvolvimento nos anos que precederam 1914.

O colonialismo suprimia o desenvolvimento a ponto de bloquear a integração econômica da colônia com o resto do mundo, ou de impedir que os sujeitos coloniais participassem do projeto. Essa conclusão vai de encontro à idéia que considera o comércio e os investimentos internacionais a causa do problema. Muitos ativistas anticoloniais da época criticavam o comércio, o que continua popular até hoje em alguns círculos. Eles acusavam as grandes potências de terem jogado as colônias nas mãos impiedosas da economia global, sujeitando regiões pobres à coerção dos mercados mundiais. A acusação é injusta por pelo menos dois motivos. Primeiro, os governos coloniais mais nocivos e questionáveis fizeram uso de *restrições* ao comércio, e não do livre comércio, para drenar os recursos de suas colônias. Segundo, o compromisso com os mercados mundiais em geral aumentava o crescimento econômico da colônia de forma acentuada. Não é coincidência que a parcela da economia da América Latina, região de rápido crescimento, dedicada à atividade comercial fosse três vezes maior do que a da Ásia, que apresentava um crescimento lento. Isso significava um comércio seis vezes maior numa base per capita. Quando os povos da região conseguiam o acesso às oportunidades, eles perseguiam com vigor as possibilidades de enriquecimento oferecidas pelo capitalismo global. As áreas coloniais de crescimento mais rápido foram aquelas em que os governos conseguiram de forma mais eficiente garantir o bom funcionamento dos caminhos que levavam ao mercado global, de ida e de volta. Os problemas relativos ao desenvolvimento eram mais severos onde os regimes coloniais não desejavam, ou não podiam permitir, que os povos das colônias tirassem proveito do que a economia global tinha a oferecer.

O colonialismo fora apenas um entre os muitos fatores que afetaram o crescimento do mundo em desenvolvimento, e nem sempre era negativo. Governos coloniais eficazes aceleravam o avanço econômico da mesma forma que a exploração mercenária o retardava. Economicamente, a maioria das colônias encontrava-se no meio do caminho. Contavam com uma módica administração e outros benefícios, sujeitavam-se a uma modesta quantidade de tributos e

discriminação comercial. A relativa pouca importância da colonização para os desdobramentos do desenvolvimento torna-se clara sob uma perspectiva mais ampla: a variação nos níveis de progresso era tão grande entre as não-colônias quanto nas regiões coloniais. Por exemplo, enquanto grande parte da América Latina cresceu rapidamente, algumas áreas, da América Central ao Nordeste brasileiro, estagnaram-se. Os dois fracassos mais óbvios em termos de desenvolvimento, a China e o Império Otomano, eram independentes. Algumas colônias se estagnaram, da mesma forma que certos países independentes; outros países colonizados cresceram rapidamente, assim como outras nações independentes. Exceto em casos como o do claro saqueio leopoldiano e de algumas colônias de povoamento privilegiadas, de forma geral o colonialismo não fora um obstáculo intransponível ao desenvolvimento econômico.

#### Má gestão e subdesenvolvimento

As políticas econômicas dos governantes de uma nação eram os principais determinantes do desenvolvimento econômico, fossem os governantes coloniais ou locais. Crescimento econômico exigia investimentos, fácil contato com clientes domésticos ou internacionais, especialistas locais e acesso a tecnologia e capital estrangeiros. Nada disso podia ser conseguido sem o apoio, ou pelo menos a permissão, dos governantes.

Quatro quintos da economia das sociedades pobres da virada do século XX correspondiam à agricultura, que era extremamente atrasada. Em comparação, em 1700 a Grã-Bretanha era menos rural do que isso e as suas fazendas apresentavam uma produtividade maior.<sup>17</sup> Para se modernizarem, os produtores agrícolas precisavam aperfeiçoar suas terras, aprender novos métodos e cultivar outros produtos. As áreas que cresceram rápido – as planícies de arroz da Tailândia e Burma, as regiões de cacau da África oriental, as zonas de café do Brasil e da Colômbia – contavam com uma grande quantidade de produtores agrícolas independentes trabalhando para o desenvolvimento de suas terras. E os governos dessas áreas facilitavam o acesso de seus cidadãos às vantagens das oportunidades econômicas.

Infra-estrutura e serviços que facilitassem a atividade econômica eram pré-requisitos para o crescimento. Os agricultores necessitavam de créditos, informação sobre técnicas e mercados, e meios de transporte para trazer o maquinário e levar a produção. Os governantes que se interessavam pelo crescimento econômico garantiam confiáveis sistemas de transportes, comunicação e finanças.

O desenvolvimento também exigia condições políticas e legais sofisticadas, em especial a garantia de direitos de propriedade. O comprometimento

com a proteção da propriedade privada não era necessariamente uma concessão de privilégio; nas sociedades pobres os principais donos de terras eram os agricultores. Para que pudessem se beneficiar das oportunidades da nova economia eles precisavam gastar dinheiro, energia e tempo para melhorar o solo. O produtor agrícola arriscava seu sustento para plantar árvores de café, transformar florestas em campos de cultivo ou irrigar. Como eles optariam por um investimento tão arriscado se não tivessem a garantia de que veriam os frutos de seu trabalho? Se bandidos pudessem roubar seus animais e incendiar seus campos? Se funcionários dos governos locais pudessem extorquir qualquer riqueza que vissem sendo ganha? Se os governos nacionais taxassem todos os lucros?

Educação, para aprimorar as habilidades dos trabalhadores, e alfabetização também causavam um impacto direto na produtividade. De fato, o sucesso econômico e a escolaridade caminhavam quase de mãos dadas. Nos Estados Unidos e na Alemanha, 3/4 ou mais das crianças em idade escolar freqüentavam instituições de ensino; no Japão, metade; e na Argentina e no Chile, 1/4 das crianças tinha acesso à educação. Além disso, saneamento e saúde pública também eram importantes, tanto devido a razões sociais óbvias quanto por permitirem às pessoas se tornarem membros produtivos da sociedade.

A má gestão era a principal barreira ao desenvolvimento econômico. Ela impedia que produtores agrícolas e mineradores levassem seus produtos aos mercados mundiais e também que a África ocidental ou a América Central aprimorassem suas cidades e terras. De fato, fosse das autoridades coloniais ou dos governos independentes, a má gestão impedia o desenvolvimento, e vários governantes, independentes ou coloniais, eram indiferentes ou hostis à necessidade de desenvolvimento econômico.

Alguns sinais claros de má administração eram a ausência de sistemas adequados de comunicação e transporte, a escassez de bancos e a falta de confiança da população na moeda nacional. A primeira linha ferroviária da China fora construída 25 anos após a da Índia por mercadores estrangeiros e, um ano depois, o governo chinês a destruiu e jogou os pedaços no oceano.<sup>18</sup> Em 1913, o sistema de trens da China era menor do que o do pequeno Japão, o qual correspondia a apenas 1/5 da quilometragem ferroviária da Índia.

Outro sinal de má gestão era a falta de um comprometimento claro por parte do governo em relação a um ambiente econômico confiável. Assim, a população não podia aproveitar as oportunidades que a economia mundial em crescimento oferecia. Os governantes tradicionais em geral relutavam em garantir os direitos dos investidores. Respeitar o direito de propriedade privada, sobretudo, significava a restrição de regalias do governo. Foi apenas nos primeiros anos do século XX que a China tomou a medida básica de adotar um código

de leis para as corporações, permitindo as empresas a operar normalmente. Até então, com freqüência as autoridades ignoravam os direitos dos cidadãos.

Uma má administração também incluía o desinteresse do governo em melhorar a qualidade de vida e trabalho dos indivíduos. Na Índia, apenas uma em cada 20 crianças freqüentava a escola.<sup>19</sup> Em 1907, 92% da população adulta do Egito era analfabeta, e o governo não demonstrava qualquer interesse em reduzir esses números.<sup>20</sup> Muitos governantes – independentes, neocoloniais e coloniais – falharam, de forma vil, em fornecer educação básica, saneamento ou saúde pública.

Por que as classes dominantes condenavam suas sociedades à estagnação? Nas colônias, a resposta talvez fosse que os governantes imperialistas não tinham interesse nas condições econômicas locais. Mas muitos dos fracassos desenvolvimentistas eram politicamente independentes e podemos presumir, com segurança, que a maior parte dos governantes preferia o crescimento da economia de suas sociedades ao retrocesso – mesmo que fosse apenas para gerar mais impostos. Não era uma simples falta de democracia; os governantes de quase todos os lugares eram oligárquicos, tanto nos países pobres quanto nos ricos. Alguns soberanos simplesmente tinham menos interesse, ou capacidade, que outros de permitir um crescimento econômico amplo.

#### Estagnação na Ásia

Os fracassos desenvolvimentistas mais notáveis foram a China, o Império Otomano e a Índia. As três civilizações mais antigas do mundo possuíam, evidentemente, uma longa experiência de complexa organização social. Assim como na Europa pré-moderna, essas economias eram constituídas quase exclusivamente por agricultura e artesanato locais, e havia tempos não estavam bem equilibradas – eram suficientes para alimentar e vestir a população, mas não para criar um superávit substancial que gerasse investimentos e crescimento. Os governos eram especialistas em administrar suas sociedades longínquas, promovendo estabilidade social e segurança militar. Os poucos segmentos avançados da economia – finanças e comércio internacionais e uma indústria incipiente – estavam nas mãos de diferentes grupos, algumas vezes de etnias distintas. Essas ilhas de atividade econômica eram cuidadosamente monitoradas para que não emergissem centros de poder alternativos.

As classes dominantes dos três países temiam que o crescimento econômico provocasse mudanças sociais que os tornassem ingovernáveis, ou ao menos ingovernáveis pela administração vigente. A principal preocupação dos governantes otomanos, chineses e indianos era com a estabilidade da ordem social

e, de fato, o crescimento econômico poderia desequilibrá-la. O estímulo ao surgimento de um setor privado próspero exigia que os governos respeitassem os direitos de seus cidadãos de uma forma que eles não estavam acostumados. A criação de uma base para o crescimento da economia moderna significava participar da economia mundial, cobrar impostos dos ricos, educar os pobres, melhorar os transportes no campo e desenvolver mercados de crédito locais. A maior parte desses fatores implicava mudanças sociais, as quais não eram bem-vindas pelas classes dominantes. Nenhum dos três governos se empenhou de verdade para superar a inércia social até o fim do século XIX, quando já era tarde demais. O tradicionalismo impediu a modernização.<sup>21</sup>

Defensores dos três governos argumentavam que a necessidade geopolítica os forçava a subordinar o desenvolvimento a objetivos de política externa. Acredita-se que o Império Chinês e o Otomano enfrentavam ameaças à soberania que os obrigaram a sacrificar o desenvolvimento econômico. Por exemplo, uma explicação para a hostilidade do governo chinês às estradas de ferro seria que militares estrangeiros, mercadores ou missionários as utilizavam, comprometendo a segurança do país. A escolha por si só já é reveladora. Por um lado, isso simplesmente admitia que os próprios chineses não eram capazes de adotar as novas tecnologias, o que incluía a utilização das ferrovias para usos militares, como fazia o Japão. Por outro, negar à nação uma revolução nos transportes apenas para impedir o acesso de estrangeiros significava que as ameaças ao poder de influência do governo se sobrepunham às oportunidades para o crescimento econômico. O poder imperial e a estabilidade eram mais importantes do que o desenvolvimento. No fim, o governo voltou atrás e utilizou as ferrovias para que as tropas pudessem se movimentar de forma rápida durante a Guerra dos Boxers, de 1899 a 1900. Também embarcou num programa para a construção de estradas de ferro, mas, naquele momento, eles já estavam 40 anos atrasados. O argumento da necessidade militar é precisamente retrógrado: as crescentes infrações contra a soberania dos chineses e otomanos no decorrer do século XIX e início do XX eram um *resultado* da inadequação econômica deles, e não a causa.

No caso da Índia, algumas vezes alega-se que o status do país como uma preciosidade militar essencial para a Coroa britânica retardou o crescimento devido à negligência colonial em relação às necessidades econômicas. É verdade que o principal gasto da Grã-Bretanha na Índia, a construção de um sistema ferroviário extenso, fora motivado por razões militares. Mas, longe de retardar o desenvolvimento, as ferrovias provavelmente foram a maior fonte de qualquer sucesso econômico registrado na Índia. No entanto, tal fato sozinho era insuficiente. Da mesma forma como os governantes da China e do Império Otomano, tanto os britânicos quanto seus aliados indianos preocupavam-se

prioritariamente em manter o controle político, e viam com suspeita as medidas desenvolvimentistas agressivas.<sup>22</sup>

Nas últimas décadas do século XIX, o desastroso abismo desenvolvimentista já se fazia claro, e nos três países cresciam movimentos por reformas. Muitos dos que desejavam as mudanças eram lúcidos e bem-intencionados, até mesmo dentro do governo. Mas, na maioria dos casos, os esforços deles eram suprimidos pela resistência imperial ainda presente.

Alguns governantes chineses, por exemplo, abraçaram as reformas econômicas e políticas. Mas as credenciais reformistas do governo eram suspeitas, como mostrara a viúva do imperador ao apoiar a Guerra dos Boxers, uma batalha anti-Occidente. Até mesmo as reformas implementadas pelo governo chinês foram distorcidas pela influência das classes dominantes tradicionais.

Um dos fatores de maior pressão era o desenvolvimento de uma indústria moderna, quase inexistente na China. Até então, os poucos governantes que estimularam a indústria o fizeram com o objetivo de aumentar a sua própria influência. O governador das províncias de Hubei e Hunan, por exemplo, determinou que a Hanyang Iron Works (siderúrgica) ficasse sob seu controle. Ele mesmo providenciou a encomenda de equipamentos das usinas por intermédio do embaixador da China em Londres, aparentemente porque desejava as últimas novidades em equipamentos britânicos. Dada a ignorância do governador em metalurgia, os altos-fornos eram inapropriados para o minério local, ao passo que o carvão pretendido para as usinas era inutilizável. Para tornar a situação ainda pior, as usinas foram construídas em uma área muito pequena e úmida demais, mas com o benefício de poder ser avistada do palácio do governador. O equipamento custou uma fortuna e fracassou de forma grotesca. O especialista em história econômica Albert Feuerwerker estudou o equívoco dessas últimas tentativas do governo imperial em estimular a indústria. Em todos os casos, os projetos enriqueceram alguns mercadores e funcionários do governo, mas nada fizeram pela modernização econômica do país. "O avassalador peso político da bem instruída elite se opunha ou era indiferente à industrialização", escreveu.<sup>23</sup>

Uma vez que interesses enraizados na sociedade sabotaram as reformas, os que se opunham às classes dominantes ergueram a bandeira da renovação nacional. Indianos nacionalistas que queriam mais autonomia para a colônia lideraram o movimento pelo desenvolvimento econômico. Oficiais de patente média do Exército otomano tomaram a dianteira na luta por reformas no Império. Os Jovens Turcos\* tomaram o poder em 1908-1909, mas seus planos foram destruídos pela Primeira Guerra Mundial. A guerra, com imensas perdas

\* Tradução para *Young Turks*, como era chamado o grupo de oficiais do Exército otomano que lutava por reformas. (N.T.)

otomanas, apenas mostrou aos movimentos nacionalistas estrangeiros e nativos o quão calamitoso fora o atraso. Com o colapso da ordem otomana, Mustafa Kemal (Atatürk), outro jovem oficial, liderou o que permaneceu do Império em direção à modernidade, transformando as ruínas na nova e secular Turquia. O relativo sucesso da Turquia de Atatürk serviu apenas para enfatizar a natureza retrógrada do regime que estava sendo substituído.

Na China, as novas forças sociais e econômicas também só foram instauradas por meio da revolução. O programa de reformas do governo imperial era tímido, e em 1911 uma coalizão entre oficiais insurgentes do Exército e civis da oposição destituiu a monarquia. Sun Yat-sen e seu Partido Nacionalista lideraram o movimento rebelde para a proclamação da República. Mas mesmo assim, conforme ocorrera com o Império Otomano, as reformas vieram tarde demais para que fosse possível evitar o avanço da deterioração das condições do país. Generais dividiram a China em feudos, o que deixou a nação quase sem defesa, enquanto o Japão, mais poderoso e industrializado, expandia seus domínios pelo território. Nenhum grupo ou indivíduo conseguiu unificar o país para lutar contra os estrangeiros ou renovar o governo nacional. O resultado foram quase 40 anos de guerra civil e invasões, calamidade após calamidade, o que demonstrava o quão despreparado para a modernidade o Império Chinês havia deixado o país. A civilização milenar da China, assim como as do Império Otomano e da Índia, bloqueou, em vez de permitir, a adesão e a adaptação às atividades econômicas modernas.

#### Estagnação nas plantações intensivas

Em alguns casos, interesses enraizados impediram o desenvolvimento econômico até mesmo onde o peso da história não estava presente. As classes dominantes que precisavam de mão-de-obra para as plantações ou dependessem de mineiros que aceitassem trabalhar por muito pouco perderiam a base de seus privilégios caso a mão-de-obra migrasse para atividades mais lucrativas. Aqueles que dependiam de trabalhadores cativos tinham pouco interesse em facilitar a entrada das massas na nova ordem econômica. Em contrapartida, as elites que não precisavam de mão-de-obra barata poderiam lucrar com uma economia mais próspera. Essas pessoas se tornariam banqueiros ou mercados, desenvolveriam as pequenas propriedades rurais, participariam do lucrativo sistema comercial de importações e exportações ou atuariam como intermediários entre estrangeiros e locais.

A compatibilidade entre o desenvolvimento e os interesses das classes dominantes dependia, em parte, da natureza da economia. Diferentes culti-

vos ou matérias-primas geravam estruturas econômicas baseadas em grandes plantações, minas imensas ou na agricultura familiar, o que causou efeitos duradouros na organização social.<sup>24</sup> Algumas atividades tendiam a gerar oligarquias retrógradas que bloqueavam o crescimento econômico. Outros tipos de organização econômica estimulavam a incorporação da população nas esferas econômica e política, potencializando o avanço do desenvolvimento.

Os quatro principais cultivos dos trópicos para exportação apresentavam grandes diferenças em termos de organização de produção e de sociedade. Juntos, café, algodão, açúcar e arroz eram responsáveis por mais da metade das exportações agrícolas dos trópicos em 1913, e o impacto que causavam nas sociedades não podia ser mais diferenciado. Em linguagem comum, o açúcar e o algodão podiam ser definidos como produtos "reacionários", enquanto o café e o arroz eram cultivos "progressistas". Estudos posteriores confirmaram essa visão. Os primeiros eram produzidos em plantações intensivas e criaram as sociedades mais desiguais e estagnadas do mundo; os últimos eram cultivados em pequenas propriedades e geraram oportunidades para um crescimento econômico amplo.

Os donos das plantações intensivas geralmente produziam açúcar e algodão com grande quantidade de mão-de-obra. Os que supervisionavam o trabalho conduziam fileiras de trabalhadores, altamente vigiados pelos campos, sem qualquer necessidade de motivar ou recompensar iniciativas individuais. Por essas e outras razões, havia uma substancial economia de escala na produção do açúcar e do algodão. As grandes fazendas eram mais eficientes, e pequenos proprietários independentes não podiam competir com os donos das plantações de produção intensiva (*plantations*).

Café e arroz, por outro lado, eram cultivos ideais para as pequenas propriedades. No caso do café, isso podia ser explicado, em parte, pelo cuidado que a colheita do produto exigia; os frutos não amadurecem ao mesmo tempo e o coletor precisa prestar atenção no que está colhendo.<sup>25</sup> A utilização de mão-de-obra intensiva, como ocorria na produção de açúcar e algodão, não era algo prático. A economia de escala nas produções de café e arroz era irrelevante, e os pequenos fazendeiros dominavam a produção. Nas regiões onde o cultivo principal estava nas mãos de pequenos proprietários agrícolas, em geral ocorria um desenvolvimento político mais amplo e igualitário.

Na América Latina, as sociedades "reacionárias" do açúcar e as "progressistas" do café coexistiam. As plantações de cana-de-açúcar, assim como as de algodão e tabaco, contavam com o trabalho escravo. Após a abolição, a tecnologia e a competição passaram a determinar que o produto continuasse a ser cultivado nas grandes plantações com mão-de-obra barata. Quando podiam optar, os ex-escravos fugiam das plantações como o diabo da cruz. Os donos das gran-

des fazendas então se empenhavam para que o abastecimento de trabalhadores aumentasse e os salários permanecessem baixos. Indianos e chineses foram trazidos para trabalhar nas ilhas do Caribe produtoras de açúcar e na costa do Peru. Com frequência, a servidão se dava por meio de contratos em que os trabalhadores eram pagos por um número definido de anos de trabalho.\* No Nordeste brasileiro, os donos de terras faziam o que estivesse ao seu alcance para manter "seus" empregados presos às plantações: restringiam a mobilidade, os mantinham como peões das fazendas por causa de dívidas, tomavam medidas coercitivas. O problema se agravou quando os europeus começaram a produzir açúcar de beterraba e a subsidiar as exportações do produto, gerando uma queda no seu preço.<sup>26</sup>

O açúcar deixou um gosto amargo na boca: uma desigualdade assustadora. Diante das massas de trabalhadores empobrecidos reinava uma elite rica, que tinha poucos incentivos para estimular o desenvolvimento econômico, social ou humano, uma vez que assim afastaria os trabalhadores das plantações. Nas regiões de cultivo de algodão, grandes áreas repletas de mão-de-obra, as condições eram semelhantes. O Nordeste do Brasil cultivava tanto algodão quanto açúcar, promovendo um duplo estrago em sua estrutura social. A ordem econômica e política reforçava a posição dos proprietários de terra ricos e dos comerciantes, oferecendo poucos motivos para melhoras na qualidade do governo, infra-estrutura ou escolas.

Muitas vezes, os resultados eram perversos. Na Venezuela, por exemplo, terras férteis das imensas *haciendas* foram cercadas pelas moradias simples de camponeses sem-terra. Os grandes proprietários de terras – *hacendados* – utilizavam menos de 1/3 da extensão de sua propriedade e se recusavam a alugar o resto para os sem-terra. Se os *hacendados* tivessem alugado as porções improdutivas de suas terras, os agricultores não concordariam em trabalhar nas plantações por salários baixos. Isso teria privado as *haciendas* do trabalho que necessitavam para que as regiões agrícolas fossem economicamente viáveis. Assim, a maior parte das terras férteis das zonas rurais permanecia improdutiva. A longo prazo, tal fato não era interessante para os proprietários, uma vez que a miséria dos sem-terra se perpetuava impondo severas restrições aos mercados internos, além de fomentar o descontentamento social, mas as oligarquias rurais estavam mais interessadas no próprio poder e riqueza, aqui e agora, do que no desenvolvimento a longo prazo.<sup>27</sup>

Esse modelo era repetido em várias regiões e em diversos produtos. O açúcar causou um atraso social nas Índias Orientais Holandesas, Filipinas, em Fiji e Maurício. O impacto do algodão na Índia e no Egito foi semelhante

\* Em inglês, o termo utilizado para esse tipo de contratação é *indenture*. (N.T.)

ao que aconteceu no Nordeste brasileiro, ao reforçar a posição das classes dominantes rurais e comerciais. Outros cultivos, como a banana na América Central e a borracha na região da Malaia criaram novas economias de agricultura intensiva. Em ambos os casos, as plantações se estabeleceram em amplas extensões de terras vazias dominadas por grandes corporações, as quais empregavam trabalhadores sem-terra ou os importavam de outras regiões pobres exclusivamente para esse fim.

Por outro lado, nas décadas que precederam a Primeira Guerra Mundial, as terras de café da América Latina estavam entre as áreas mais bem-sucedidas em termos de desenvolvimento. Certamente não é por coincidência que o café, assim como o arroz ou o trigo, era fácil de ser cultivado a custos muito competitivos em pequenas propriedades. As árvores de café levavam alguns anos para crescer. Assim, os produtores agrícolas necessitavam de créditos, ou de dinheiro economizado. Mas diferentemente do que ocorria com as plantações de açúcar ou algodão, as pequenas propriedades cafejeiras podiam ser extremamente lucrativas. Mais de 1/4 da produção do oeste colombiano no período vinha de pequenas fazendas de menos de três hectares. O café certamente poderia ser cultivado também em grandes plantações, e a produção de São Paulo era totalmente desproporcional em relação a outros grandes estados; mas a região também era repleta de pequenas fazendas bastante prósperas.<sup>28</sup> De fato, uma das vantagens do café era permitir que os pequenos proprietários plantassem outras culturas por entre as árvores, obtendo ao mesmo tempo alimentos básicos para suas famílias e um produto rentável. E onde os agricultores conseguiram estabelecer seus próprios negócios, até mesmo os grandes fazendeiros eram obrigados a pagar salários decentes aos trabalhadores.

O café era associado à prosperidade, não importava se o lucro do produto vinha das pequenas propriedades familiares ou das grandes, com trabalhadores bem pagos. O motivo dessa prosperidade não podia ser explicado apenas pelos preços altos – o valor do algodão superava consideravelmente o do café, o do arroz e o do cacau entre 1899 e 1913<sup>29</sup> –, mas porque a natureza da produção cafejeira conduzia a um crescimento econômico de base ampla, e os benefícios gerados não ficavam restritos aos domínios de uma pequena elite.

Havia outros cultivos "progressistas" além do café. O arroz era o mais importante. Burma, Tailândia e Indochina, responsáveis por 3/4 das exportações do produto, experimentaram um crescimento extremamente rápido, quase tão incluyente quanto o das regiões de café.<sup>30</sup> O mesmo ocorreu com o cacau da África ocidental, um cultivo de pequenas propriedades. Sobretudo onde grãos, como o trigo, podiam ser cultivados de forma lucrativa em pequenas propriedades, tal qual no Cone Sul latino-americano e em partes da Índia, as perspectivas para uma prosperidade generalizada eram maiores.

O Brasil sofreu o impacto de diferentes cultivos, uma vez que o país continha tanto regiões bem-sucedidas quanto fracassadas. A agricultura do Nordeste era baseada em grandes plantações de algodão e cana-de-açúcar. Os proprietários de terra dependiam dos escravos – na época em que a escravidão era permitida – e do trabalho informal para o funcionamento de seus estados. Os donos de terra se esforçavam para manter os trabalhadores nas fazendas locais, já que sem funcionários cativos as plantações entrariam em colapso. No outro extremo, na região Sudeste ao redor de São Paulo, desenvolvia-se uma economia próspera com base no café. Havia uma demanda constante por mais fazendeiros e mais trabalhadores para o cultivo de novas terras. Muitas das fazendas eram pequenas e vários agricultores trabalhavam para si mesmos – se trabalhassem para outros, recebiam salários decentes e podiam passar livremente de um empregador a outro. Aqui, os mais ricos se posicionavam nos setores de exportação, finanças e comércio. Essa elite paulista, tão preocupada quanto a nordestina com seus próprios interesses, estimulou o cultivo de novas terras e o desenvolvimento de fazendas ainda mais lucrativas. O Nordeste se estagnou, enquanto o Sudeste prosperou.

Teria sido melhor para o país se os nordestinos tivessem migrado para as fazendas de café da região Sul, mas isso arruinaria a base econômica dos donos das plantações do Nordeste. Dessa forma, os governantes do Nordeste faziam de tudo para manter seus trabalhadores nas plantações: controles burocráticos de movimentação populacional; poucos investimentos para a construção de ferrovias; obstáculos aos anúncios de trabalho e aos empregadores. Desesperadas por mão-de-obra, as classes dominantes do Sudeste trouxeram milhões de trabalhadores do sul da Europa. A necessidade de mão-de-obra era tão grande que os governadores dos estados subsidiavam as passagens.

A experiência brasileira chama a atenção para diferenças regionais semelhantes nos Estados Unidos. Os cultivos reacionários norte-americanos eram o algodão, o tabaco e a cana-de-açúcar do sul; ao passo que os produtos progressistas incluíam os grãos e o gado do norte e do oeste norte-americano. Assim como ocorreu no Brasil, as áreas de cultivo intensivo permaneceram atrasadas e estagnadas por décadas, enquanto as pequenas propriedades familiares e as regiões de criação de gado cresceram vertiginosamente. O sistema legal de *apartheid* reinava no sul dos Estados Unidos – havia exclusão social e política dos descendentes de escravos, um sistema educacional miserável, hostilidade por parte dos que recrutavam os trabalhadores e poucos investimentos em transportes e comunicação. Esse era um entre os muitos mecanismos para manter os trabalhadores cativos pobres no sul, região oligárquica que dependia do fornecimento direto de mão-de-obra barata e pouco qualificada.

O processo não era puramente econômico. Por isso, não havia qualquer motivo inerente que explicasse por que a agricultura intensiva não poderia ser eficiente e dinâmica. Houve algumas sociedades açucareiras de rápido crescimento, como em Cuba. O que importa é o impacto mais amplo da agricultura intensiva: a criação de uma pequena elite dependente de uma massa de mão-de-obra barata. Em tal cenário, o desejo de mobilidade social e o envolvimento político eram fáceis de serem barrados, e a tentação das classes dominantes de barrá-los era grande. Por outro lado, nas regiões onde muitos tinham acesso a pequenas propriedades lucrativas, os governantes encontravam mais dificuldade – e menos necessidade – de limitar as oportunidades econômicas da população.<sup>31</sup> Sociedades de agricultura intensiva, e outras semelhantes, tendiam a ser, ou se tornaram, altamente desiguais, polarizadas e subjugadas ao autoritarismo. Os enraizados governos oligárquicos raramente queriam, ou podiam, estimular o desenvolvimento socioeconômico – infra-estrutura, finanças e educação – necessário para permitir que as forças produtivas da sociedade como um todo fossem ouvidas.

Processos similares, pelos quais a economia gerava uma concentração de interesses que manipulavam o governo e impediam o crescimento econômico, eram associados a uma série de matérias-primas. Alguns tipos de mineração eram semelhantes à agricultura em termos de criação de enclaves. O impacto econômico gerado se restringia às áreas onde os minerais eram encontrados. E muitos minerais – como cobre, petróleo e ouro –, de fato, criavam uma divisão entre aqueles que os produziam e o restante da sociedade. A importância da questão dependia da influência política e econômica das minas. Uma verdadeira diferença entre a mineração e a produção agrícola era que, devido ao caráter predominantemente rural dos países pobres, as exportações de bens agrícolas tendiam a incluir uma parcela grande da população, enquanto a mineração em geral era feita por pequenos grupos isolados.

A mineração causava forte impacto, semelhante ao da agricultura, nas regiões onde a economia local dominava. Mas isso ocorreu em apenas alguns poucos lugares, como nas áreas de minas de ouro da África do Sul. Onde isso acontecia, como ao longo dos extraordinários corredores minerais do Transvaal, o resultado tendia para a mesma característica dual das sociedades nas regiões de plantação intensiva. A evolução social e política da África do Sul estava intimamente ligada à dominação comercial dos fazendeiros e donos de minas, que dependiam de um grande fornecimento de mão-de-obra barata.

Devido a essas experiências, as riquezas naturais, pelo menos algumas, se tornaram quase malditas. Regiões ideais para cultivos intensivos ou áreas que possuíam algum tipo de depósito mineral valioso tendiam a desenvolver estruturas sociais distorcidas. Elas eram dominadas por elites enraizadas na so-

cidade, que tinham pouco interesse em fornecer a infra-estrutura, a educação e o governo necessários para que o desenvolvimento fosse além do *boom* inicial causado pelos recursos naturais. Por mais que houvesse exceções, impressiona o fato de que as produções agrícolas e minerais rentáveis nos países pobres eram em geral associadas com pobreza e desigualdade.

O impacto de tais recursos naturais não era algo determinista. As características puramente econômicas da produção significavam apenas o começo do processo de declínio. Os efeitos mais notáveis desses produtos eram políticos e sociais, a criação de poderosos grupos de interesse cujas posições dependiam do acesso limitado das populações ao poder político e social. A riqueza inicial se acumulava, mas não se espalhava, e sem uma ampla mobilização da população não havia modernização econômica. O processo poderia ter sido evitado, mas a tendência natural da maior parte dessas sociedades era a utilização do *boom* dos recursos para consolidar o domínio das elites, e não para levar os benefícios do desenvolvimento ao restante da população.

#### Obstáculos ao desenvolvimento

Muitos motivos geravam estagnação, declínio e fracasso nas regiões pobres do mundo, mas estas também eram sociedades únicas na mesma proporção. Em alguns casos, o saqueio colonial era o culpado. Em outros, o peso acumulado de anos de sociedades tradicionais asfixiava o crescimento econômico moderno. Em outros ainda, a produção mineral e agrícola intensiva criou uma elite forte, hostil ou indiferente às medidas necessárias para a difusão do desenvolvimento. A existência de indivíduos focados na busca de seus próprios interesses obstruía as vias para o desenvolvimento e destruía as expectativas econômicas da população.

Em quase todas as sociedades que não conseguiram aproveitar as oportunidades oferecidas pela economia internacional antes da Primeira Guerra, as classes dominantes no mínimo facilitaram o fracasso. É certo também que estrangeiros avarentos – colonizadores exploradores, colonos privilegiados, companhias monopolistas – sempre estiveram presentes, mas algumas sociedades lidaram com eles de forma mais eficiente que outras, deixando em aberto – para estudos mais específicos e posteriores – o motivo da diferença.

Nos casos mais gritantes, a desigualdade social e política fez com que as classes dominantes tradicionais tivessem pouco interesse em estimular o desenvolvimento e deixou as massas incapazes de superar os obstáculos criados por seus senhores incompetentes ou corruptos. Nas regiões em que a organização social permitiu à população aproveitar as novas oportunidades econômicas

e as classes dominantes a apoiaram – ou ao menos não atrapalharam –, o crescimento foi rápido. Mas em muitas sociedades, essas condições, aparentemente básicas, não eram respeitadas.

Em meio à torturante visão de grandes riquezas sendo escoadas dos pampas, de regiões pobres correndo em direção à modernidade e de três continentes se industrializando numa velocidade desenfreada, grande parte da Ásia, da África e da América Latina permaneceu pobre e economicamente estagnada. Essas regiões representavam alguns dos problemas mais complicados e duradouros da ordem internacional, que viria a entrar em colapso com a chegada da Primeira Guerra Mundial.